

## ATA SEI



**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA**  
**CMSB - CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

O Presidente do Comdema Conselho Municipal do Meio Ambiente, faz saber: O COMDEMA constitui colegiado autônomo, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e normativo do Sismmam - Sistema Municipal de Meio Ambiente ([Lei nº 5712, de 19 de dezembro de 2006](#)), organizado para cumprimento de sua competência legal, conforme Regimento Interno ([Decreto 53.451, de 27 de fevereiro de 2023](#)) e suas atualizações, e, conforme o Código Municipal do Meio Ambiente, ([Lei Complementar nº 29, de 14 de junho de 1996](#)).

O Presidente do CMSB - Conselho Municipal de Saneamento Básico, faz saber: O CMSB constitui colegiado autônomo, de caráter deliberativo na gestão do Fundo Municipal de Saneamento Básico e consultivo nas demais hipóteses da Política Municipal de Saneamento Básico de Joinville ([Lei Complementar N° 396, de 19 de dezembro de 2013](#)), organizado para cumprimento de sua competência legal, conforme Regimento Interno ([Resolução CMSB N° 01/2018](#) , [Resolução CMSB N° 01/2020](#)) e suas atualizações.

**Ata Conjunta da Reunião Ordinária do COMDEMA Conselho Municipal do Meio Ambiente, e do CMSB Conselho Municipal de Saneamento Básico, realizada em 08/05/2024.**

No oitavo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, reuniram-se, em conjunto, o COMDEMA Conselho Municipal do Meio Ambiente e o CMSB Conselho Municipal de Saneamento Básico em Sessão Plenária Ordinária presencial, realizada no Auditório do Ecoparque Bororós, na Rua dos Bororós, 890 - Zona Industrial Norte, no município de Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram Presentes](#) os Conselheiros do COMDEMA, [Decreto 53.364, de 23 de fevereiro de 2023](#) e suas atualizações, [mandato](#) de 01/03/2023 à 28/02/2025: Fábio João Jovita, Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente; Marlene Zimmer, da SED; Valquiria Viviani Rodrigues Backes Forster, da SAS; Pedro Toledo Alacon, da CAJ; Jonas de Medeiros, do Rotary; Samir Alexandre Rocha, da SECULT; Marília Gasperin dos Santos, da SEINFRA; Lucas Peres Farias, da SES; Maurício de Diniz Martins, da SEHAB; Troy Roger Lemke, da SDE.UDR; Rafael Ribeiro, da SAP; Marta Beatriz Maccarini, do IMA; Tiago Corrente Medeiros, da PMA; Sandra Denise Kruger Alves, da UDESC; Fernando Belinzoni de Carvalho, da AEA Babitonga; Rodrigo Luis da Rosa, do CEAJ; Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA; José Mário

Gomes Ribeiro, do CHBB; Priscila De Lima Watanabe Quandt, do SECOVI; Cristina Jandrey Silva, da ALOJ; Leticia Panaro Lunardi, da ACIJ; e Francisco Maurício Jauregui Paz, do Sinduscon. [Estiveram Presentes os Conselheiros\(as\)](#) do CMSB, mandato de 01/02/2024 à 31/01/2026, conforme [Decreto N° 58.204, de 15 de janeiro de 2024](#), e suas alterações: Fábio João Jovita, Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico; Jonas de Medeiros, do Rotary; Marcele Figueiredo Andrade de Luca, da SAP; Thiago Alberto Amorim, da AJECI; Cristina Henning da Costa, da SES; Regiane Cristina Klug Patricio, da SEGOV; Helena Dausacker da Cunha, da CAJ; Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Luisa Helena Jordan, do OSB; Leticia Panaro Lunardi, da ACIJ; Karoline Pignat Cappelari, da Ambiental; e Emerson Siqueira, do Sinduscon. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cujo os nomes serão lançados nessa Ata, juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: José Augusto de Souza Neto, da SAMA; Willian Jucelio Goetter, da ARIS; Luciele Saragossa, da SAMA; Jonathan Conceição, do 62BI; Juliana Supa de Lima, da SAMA; Diogo Augusto Moreira, do Instituto COMAR; Everton Herzer, da Ambiental; Isabela do Amarante, do Ecoparque Bororós; Odilon Amado Júnior, da ABREMA; e João Victor Galvan, da SAMA. Na reunião foram desenvolvidos os seguinte assuntos pautados na convocatória: **1) Aprovação da Ata COMDEMA Reunião 03/04/2024; 2) Aprovação da Ata CMSB Reunião 20/02/2024; 2.1) Eleição/ Recondução Vice-Presidência CMSB; 2.2) Regimento Interno CMSB (atualização); 3) Prestação de Contas FMMA Fundo Municipal do Meio Ambiente (SISMMAM); 3.1) Prestação de Contas FMSB Fundo Municipal do Saneamento Básico (SISMSB); 4) Sugestões de Pauta e Palavra Livre; 5) Visita Técnica ao Ecoparque Bororós (COMDEMA/ CMSB).** O Presidente dos Conselhos COMDEMA e CMSB, Fábio João Jovita, cumprimenta a todos e, verificado o quórum de ambos os Conselhos, dá início a reunião conjunta. **Pauta 1) Aprovação da Ata Comdema Reunião 03/04/2024;** O Presidente dos Conselhos, Fábio Jovita cumprimenta a todos, agradecendo a presença dos Conselheiros do COMDEMA e do CMSB por estarem presentes nessa reunião, que tem como objetivo realizar a visita técnica observando as melhorias e modificações da estrutura pelas quais o Aterro Sanitário de Joinville passou, até se tornar o Ecoparque Bororós. O Presidente dos Conselhos questiona se todos os Conselheiros do Comdema receberam a Ata encaminhada, e se haviam quaisquer contribuições ou manifestações a serem feitas. Não ocorrendo manifestações ou demais considerações foi colocada em votação a Ata da reunião plenária do dia 03/04/2024, a qual foi aprovada por unanimidade. **2) Aprovação da Ata CMSB Reunião 20/02/2024:** O Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita questiona se todos os Conselheiros do CMSB receberam Ata encaminhada, e se haviam quaisquer contribuições ou manifestações a serem feitas. Não ocorrendo manifestações ou demais considerações foi colocada em votação a Ata da reunião plenária do dia 20/02/2024, a qual foi aprovada por maioria, registrada uma abstenção. **Pauta 2.1) Eleição/ Recondução Vice-Presidência CMSB:** O Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita relembra aos Conselheiros do CMSB que, na última reunião plenária foi adiada a pauta da eleição ou recondução da Vice-Presidência do Conselho em razão de a Conselheira e atual Vice-Presidente do Conselho Leticia Panaro Lunardi, da ACIJ não ter conseguido comparecer a última reunião. O Presidente dos Conselhos questiona se algum dos demais Conselheiros do CMSB tem interesse em se candidatar à Vice-Presidência do Conselho, e, não havendo manifestações, coloca em votação a recondução da Conselheira Leticia como Vice-Presidente do CMSB, a qual foi aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros. O Presidente dos Conselhos parabeniza a Vice-Presidente pela recondução e cede a palavra para a Conselheira Leticia, que cumprimenta aos demais Conselheiros, agradecendo a todos pela confiança depositada, ressaltando sempre buscar executar os trabalhos com parcimônia e em parceria com a equipe da SAMA, se colocando também à disposição para atender aos demais Conselheiros quando necessitarem, reforçando o compromisso que todos os Conselheiros possuem de trabalhar em conjunto para garantir o atendimento dentro das premissas do CMSB e do Comdema. O Presidente dos Conselhos informa que a Conselheira Leticia, além de ser Vice-Presidente do CMSB e do COMDEMA, participa de diversos Conselhos Estaduais, comentando também que está sendo alinhada em conjunto com a Diretora Ana Rizatti, da SAMA para que a Conselheira Leticia realize em uma plenária do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) uma exposição sobre os projetos na marina, uma vez que o responsável por delimitar as resoluções e os formatos de licenciamentos ambientais dessas atividades é o CONSEMA, com a Conselheira Leticia sendo, além de Vice-Presidente do CMSB e do COMDEMA, o elo desses Conselhos com os Conselhos Estaduais e representantes de Conselhos de outros municípios. A Conselheira Leticia agradece ao Presidente Jovita e informa que ela e outro representante da ACIJ no CONSEMA e Presidente da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos do Consema, Odilon Amado estão participando do processo de revisão das Resoluções nº 98 e nº 99 do CONSEMA, previstas para serem publicadas ainda nos próximos meses, e salienta que haverá uma série de mudanças com relação aos licenciamentos ambientais, com muitas alterações importantes, como em artigos que versam sobre a forma e

renovação de licenças, e reforça a importância desse canal de comunicação com os Conselhos Estaduais, uma vez que é possível levar a esses Conselhos situações que estão acontecendo em Joinville. A Conselheira Leticia informa também que na Câmara Técnica de Licenciamento, tem atuado como relatora técnica redigindo a minuta de revisão dessas resoluções, bem como está atualmente na função de Presidente Câmara Técnica Estadual de Saneamento Básico, ressaltando a importância de que os Conselheiros possuam essas informações, uma vez que muitas das grandes demandas debatidas no COMDEMA e no CMSB também são levadas aos Conselhos Estaduais. Sem mais manifestações ou contribuições, o Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita parabeniza novamente a Conselheira Leticia e declara encerrada a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 2.2) Regimento Interno CMSB (atualização):** O Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita cede a palavra para o Secretário dos Conselhos, José Neto, que cumprimenta aos Conselheiros e relembra a todos que a última atualização do Regimento Interno do CMSB ocorreu no ano de 2018, tendo tido apenas alguns pontos flexibilizados durante a Pandemia do COVID-19 através de Decretos, como a possibilidade de realizar reuniões de forma virtual, por exemplo, sendo necessário atualizar o documento, informando que a Secretaria do Conselho irá, em um primeiro momento, propor algumas alterações consideradas necessárias e encaminhar a proposta aos Conselheiros por meio do grupo de WattsApp do CMSB, de modo que os Conselheiros possam se manifestar e contribuir com demais sugestões de alterações e, após todas as sugestões, aprovar o Novo Regimento em uma reunião plenária posterior. O Secretário dos Conselhos, José Neto encerra sua fala e se coloca à disposição para responder eventuais questionamentos e, não havendo manifestações, o Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita declara encerrada a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 3) Prestação de Contas FMMA Fundo Municipal do Meio Ambiente (SISMMAM):** O Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita cede a palavra para Luciele Saragossa, da SAMA, que cumprimenta todos os Conselheiros e inicia sua fala comentando que atualmente é a responsável pela gestão financeira e orçamentária da Secretaria de Meio Ambiente, incluindo os Fundos Municipais de Meio Ambiente (FMMA) e Saneamento Básico (FMSB), informando também que já realiza a prestação de contas de ambos os fundos há dois anos e que irá apresentar os dados referentes ao que foi planejado e executado no ano de 2023. Com relação ao orçamento previsto e os gastos com ações para o ano de 2023 utilizando o FMMA. Luciele informa que os gastos envolvendo despesas administrativas como água, energia e telefone, por exemplo, estavam previstas para serem de R\$1.300.000,00, tendo sido empenhado (efetivamente gasto) 68,38% desse valor, enquanto as despesas com investimentos em compra de bens e serviços, que estava previsto para ficar em torno de R\$515.000,00, acabou diminuindo e consumindo apenas 4,23% do orçamento previsto. Com relação a despesas com capacitação de servidores, que estava prevista para o valor de R\$60.000,00 consumiu apenas 31,91% do orçamento previsto, enquanto as despesas de gestão ambiental estavam previstas para o valor de R\$2.690.000,00, tendo sido gasto 83,87% desse valor. Luciele comentou também sobre o uso do recurso especial do superávit financeiro do fundo, ou seja, o valor que não foi gasto no ano anterior e retornou para o fundo e, no ano de 2022, o superávit tinha sido de R\$1.661.309,13, tendo sido utilizado apenas 1,39% desse valor nas despesas de gestão ambiental, uma vez que houve demora para esse valor ser vinculado ao FMMA, enquanto o restante desse valor voltou para o fundo e será utilizado em ações de gestão ambiental durante o ano de 2024. Com relação às despesas administrativas com os Parques Municipais como (Parque Caieiras, Zoobotânico, Morro do Finder e outros) tinham orçamento previsto no valor de R\$2.000.000,00, tendo sido gasto apenas 28,91% desse valor, enquanto despesas com manutenção e cercamento, que também possuíam o valor previsto de R\$2.000.00,00, consumiram apenas 26,22% desse valor. Com relação às despesas com arborização pública, Luciele informa que foi utilizado parte do superávit do ano de 2022, o que proporcionou um desenvolvimento melhor das atividades de poda, supressões e plantio de mudas. Por fim, Luciele informa que a expectativa era que os investimentos necessários para o ano de 2023 seriam de R\$10.298.000,00, sendo que foi feito um bloqueio de R\$6.238.753,48, valor que pode ser utilizado parcialmente, com a porcentagem total de incorporação de execução dos projetos previstos sendo de 60,58% do valor estimado. O Conselheiro Pedro Alacon, da CAJ questiona sobre como funciona a questão do bloqueio, no que Luciele responde que o bloqueio ocorre antes da contratação do serviço, e consiste em vincular aquele valor disponível do orçamento no processo do respectivo serviço contratado, impedindo que esse dinheiro seja utilizado para outros pagamentos e traz a garantia de que esse valor estará disponível no momento do pagamento pelo serviço e, caso o serviço não seja concluído durante o ano da contratação, esse valor não volta para o fundo e continua bloqueado até o fim daquele processo, ou seja, os R\$6.238.753,48 que foram bloqueados no ano de 2023 seguirão bloqueados pelo tempo que for necessário até que seja o momento de efetuar o pagamento. A Conselheira Cristina Jandrey, da ALOJ questiona se isso significa dizer que nem todo esse dinheiro bloqueado foi efetivamente gasto até o momento, no que Luciele responde ser exatamente isso, uma vez que, se o serviço ainda não foi executado, o valor ainda não foi pago e está apenas vinculado ao processo do serviço e bloqueado para não

ser utilizado para outro fim, garantindo o pagamento. Luciele encerra sua fala, se colocando à disposição para responder quaisquer outras dúvidas dos Conselheiros. Não havendo mais manifestações, o Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita declara encerrada a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 3.1) Prestação de Contas FMSB Fundo Municipal do Saneamento Básico (SISMSB):** O Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita cede novamente a palavra para Luciele, que inicia sua apresentação sobre o que foi planejado e executado utilizando o FMSB, informando que foi previsto para as despesas administrativas com Saneamento Básico, o que inclui vários contratos e outros preventos financeiros, que seria gasto aproximadamente R\$23.000.000,00, tendo sido gasto 100% desse valor e necessários mais R\$950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) de suplementação para custear todas as ações. Em relação às despesas com investimentos e bens, para o qual estava previsto o gasto de R\$11.000,00, Luciele informou que a SAMA não realizou novas aquisições, e que houve redução nas despesas com aquisições diversas para ações de Saneamento Básico, no qual estava previsto o gasto de R\$20.000,00 para que parte desse valor fosse incorporado e utilizado para custear as despesas administrativas. Luciele informa que havia também o valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) previstos para Ações de Saneamento Básico em possíveis convênios com a União, entretanto, como não foram realizados convênios com a União durante o ano, não foi gasto dinheiro com essa despesa prevista, enquanto Despesas vinculadas ao abastecimento de água foram reduzidas, de modo que fosse possível complementar também as Despesas Administrativas. Com relação a outras despesas em ações de saneamento básico vinculadas a convênios com a União, Luciele informou que estavam previstos R\$583.000,00, valor esse que também foi reduzido para complementar as despesas administrativas, tendo sido empenhado apenas R\$23.000,00, além da redução em despesas com aquisições e obras diversas para ações de saneamento básicas, previstas inicialmente em R\$50.000,00. Luciele informou que a expectativa total de orçamento necessário para o ano de 2023 era de R\$24.275.000,00, tendo sido utilizado 98,73% desse valor. A Conselheira Leticia questiona sobre qual teria sido a razão da necessidade de complementação do valor das despesas administrativas, no que Luciele responde que esse valor é referente a duas alterações orçamentárias do contrato com a Ambiental, e ressalta que não é possível prever as porcentagens e os valores dessas alterações e, dessa forma, foi estipulado o valor que se acreditava ser o suficiente, contudo, acabou sendo necessário realizar os ajustes para conseguir suplementar esse valor e custear todas as despesas. A Conselheira Leticia questiona qual foi a porcentagem de aumento que ocorreu, no que Luciele respondeu que foi por volta de 5% do valor. Luciele encerra sua fala agradecendo a atenção de todos e se colocando à disposição para responder outros questionamentos dos Conselheiros. Não havendo manifestações, o Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita declara encerrada a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 4) Sugestões de Pauta e Palavra Livre:** A Conselheira Magda Franco, da SAMA pede a palavra para informar aos Conselheiros que a próxima reunião do Comdema será no dia 05/06/2024, no dia Mundial do Meio Ambiente e, por essa razão, a SAMA está preparando uma programação especial, com a reunião programada para ocorrer no auditório da ACIJ e iniciando com uma palestra do IMA sobre o programa “Penso Logo Destino”, uma parceria entre o IMA e a SAMA, tendo na sequência a apresentação do Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) da Ilha do Morro do Amaral, além de apresentação cultural e outras atividades. O Conselheiro Pedro Alacon, da CAJ questiona sobre o horário em que ocorrerá essa próxima reunião, no que a Conselheira Magda responde que está programada para ocorrer no horário tradicional das reuniões do Comdema, comentando também que a intenção é reunir os Conselhos COMDEMA, CMSB, RDS Ilha do Morro do Amaral, e APA Serra Dona Francisca, e informa que durante essa Semana do Meio Ambiente haverá outros eventos, e que os Conselheiros receberão a programação assim que ela for finalizada. Magda reitera que a próxima plenária conjunta será realizada na ACIJ, assim como todas as reuniões do Comdema, entretanto, será realizada no auditório ao invés da sala tradicional. A Conselheira Magda encerra sua fala, se colocando a disposição dos Conselheiros para esclarecer quaisquer outros questionamentos e, não havendo mais manifestações, o Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita questiona se mais algum dos Conselheiros gostaria de se utilizar da palavra livre. O Presidente dos Conselhos cede a palavra para a Conselheira Leticia, que reitera o seu pedido e dos demais Conselheiros do Comdema sobre as informações acerca do status do PL nº 43/2023, ou “Novo Código Municipal de Meio Ambiente” na Câmara de Vereadores, aproveitando o ensejo para pedir também informações sobre a Instrução Normativa relativa à canalização e retificação de baixo impacto de cursos d’água, pois o município ainda continua sem definição sobre esse tema, que é uma grande demanda de empreendimentos e de pessoas físicas relacionadas, ressaltando que já existe uma Instrução Normativa do IMA que trata dessa temática, embora deva ser constituído o regramento municipal tanto para áreas consideradas APPs quanto áreas que já não são mais consideradas, reforçando que existem dispositivos legais para desenvolver essa Instrução Normativa, não devendo os Conselhos, de um ponto de vista técnico, continuar postergando esse assunto, ainda mais se levar em consideração a quantidade de projetos parados em função dessa falta de regulação, pedindo inclusive que

conste na presente ata essas solicitações. O Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita informa que o Novo Código foi encaminhado à Câmara de Vereadores no início do mês de Setembro do ano de 2023 e que, nesse momento, o PL está sendo analisado pelos Vereadores Henrique Deckmann e Érico Vinicius na Comissão de Constituição e Justiça, comentando também que o Vereador Henrique Deckmann questionou alguns pontos sobre o percentual de arrecadação do FMMA, os quais já foram respondidos, enquanto o Vereador Érico indagou sobre algumas questões envolvendo a poluição sonora, referente aos decibéis permitidos em zonas específicas do município, que é um tema que está migrando do código de posturas para o Novo Código de Meio Ambiente, uma vez que se trata de uma questão ambiental, salientando que agora é necessário aguardar o posicionamento formal do Vereador Érico para que a SAMA possa encaminhar o parecer sobre esse assunto, sendo os questionamentos levantados pelo Vereador Érico sobre os decibéis máximos permitidos em zoneamentos específicos, além da demanda dos decibéis em escolas infantis, que tem tomado muito tempo, tendo sido solicitado aos Vereadores para realizarem a inclusão dessa demanda para evitar problemas futuros. A Conselheira Leticia questiona se seria possível encaminhar a versão final do projeto do Novo Código para os Conselheiros, tendo em vista que já se passaram alguns anos desde a última revisão desse documento no Comdema, no que o Secretário do Comdema, José Neto informa que irá encaminhar nos grupos de WhatsApp de ambos os Conselhos o link de acompanhamento do PL na Câmara de Vereadores, que também inclui o documento completo. O link da tramitação legislativa do referido Projeto de Lei é: <https://sc-joinville-camara.sistemalegislativo.com.br/documento/projeto-de-lei-complementar-no-43-2023-424927> Com relação à Instrução Normativa relativa à canalização e retificação de baixo impacto de cursos d'água, o Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita responde que esse é um assunto muito delicado, especialmente pelo empenho dos serviços de desassoreamento realizados no município, havendo atualmente muitas discussões internas de gestão sobre a política de canalização de recursos hídricos na cidade, sendo necessário ainda definir, em consenso, alguma política pública de canalização para que ela possa ser aplicada no município, prevendo todas as regras e as exceções necessárias para a canalização, e reitera que esse assunto não é se coloca à disposição para contribuir nessas discussões para se chegar a definições mais claras no município. O Conselheiro Maurício Jauregui, do Sinduscon comenta sobre essa questão do excesso de decibéis em jardins de infância, comentando que o problema não está no colégio e sim no limite de decibéis, e que não somente na questão dos jardins de infância, mas que existem outras atividades que acabam gerando maior barulho e que devem passar por uma alteração desse limite de decibéis, pois esse limite algumas vezes poderia estar cerceando a liberdade de trabalho das pessoas que executam esses serviços. O Presidente dos Conselhos informa que essa é a mesma linha de pensamento da SAMA, e que o Comdema já deliberou sobre a questão de excesso de decibéis em construções civis e obras públicas no período noturno, seguindo o pensamento de que o interesse público prevalece em relação a essa infração ambiental. O Conselheiro Mauricio questiona com relação a situações que envolvem o interesse privado, comentando também que a melhor saída seria modificada a regra geral ao invés de criar mais exceções, o que beneficiaria um número maior de atividades, no que o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita responde que esse é um tema sensível, e que já houve uma discussão muito parecida sobre as indústrias, informando que existem zonas do município que foram planejadas para serem unicamente zonas residenciais, contudo, hoje em dia é possível abrir uma indústria em praticamente qualquer região da cidade, o que faz com que a SAMA receba muitas reclamações de poluição sonora quando pequenas empresas que realizam atividades industriais são abertas próximas de residências, reiterando que a política pública que se buscar implementar no município deve estar alinhada ao interesse público, e que, por mais que a prefeitura queira incentivar a abertura de comércios e a maior geração de empregos e renda, deve-se analisar a questão da perturbação do sossego da população, salientando que esse assunto deve ser levantado sempre que possível, como agora através das questões levantadas pelos Vereadores. Sem mais manifestações, o Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita declara encerrada a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 5) Visita Técnica ao Ecoparque Bororós:** O Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita cede a palavra para Everton Herzer, da Ambiental, que cumprimenta a todos e inicia sua apresentação sobre o Ecoparque de Educação Ambiental Bororós informando que o Ecoparque é aberto a comunidade e recebe diversas visitas de escolas da rede municipal e universidades, sendo o Bororós composto pelas Unidades: Disposição Final de Rejeitos; Compostagem; Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS); Tratamento de Efluentes; Laboratório de Análises; Recuperação Energética; Auditório; Viveiro de Mudas e Trilha Ecológica do Mirante. Everton comentou sobre cada uma dessas unidades, iniciando pela Unidade de Compostagem, informando que essa Unidade é um projeto que iniciou durante o ano de 2023 em uma escala piloto em cinco pontos geradores selecionados em parceria com a SAMA e a SEINFRA, sendo esses os Restaurantes Populares do bairro Adhemar Garcia e do bairro Bucarein; a Maternidade Darcy Vargas; o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC); e a Central de Abastecimento do Município (CEASA), comentando que até o final do ano passado a média de resíduos

recebidos e compostados era de cerca de 4,6 Toneladas por mês e que, atualmente, esse número é de aproximadamente 7 Toneladas por mês, o que mostra a alta adesão dos pontos de coleta nesse projeto, que está passando nesse momento por uma etapa de seleção de novos pontos de coleta para expansão do programa de compostagem. Com relação ao tratamento de resíduos de serviços de saúde, Everton informou que existe uma coleta específica desses materiais nos pontos de coleta, que são hospitais, clínicas, hospitais veterinários, entre outros, e que os coletores já encaminham esses resíduos diretamente a uma unidade específica onde esse material passa por uma esterilização realizada através uma autoclave, máquina que funciona como uma enorme panela de pressão, condicionando esses materiais a muita pressão e calor, sendo processados atualmente cerca de 100 Toneladas desses resíduos. Após o processamento, esses resíduos perdem as suas características de patogenicidade, podendo ser descartados na área comum de disposição final de resíduos. Sobre a Estação de Tratamento de Efluentes, Everton informa que essa é a unidade mais complexa de todo o Ecoparque, pois tratar efluentes sanitários, principalmente o chorume, é uma tarefa extremamente complexa, consistindo de tratamento biológico em etapas através de “lagos”, passando em seguida por um tratamento físico – químico utilizando radiação ultravioleta para que esses efluentes possam ser lançados nos postos receptores, comentando também que recentemente foram implementados novos emissários (tubulações de transporte desses líquidos) para o lançamento dos efluentes tratados em um rio de maior vazão, reduzindo ainda mais os impactos ambientais do lançamento dos efluentes, sendo atualmente tratados cerca de 8.556m<sup>3</sup> de efluentes por mês no Aterro Sanitário. Everton comentou também sobre os laboratórios, que possuem diversos equipamentos que auxiliam no Controle Operacional da ETE através de análises feitas diariamente. Com relação à implantação e utilização das áreas para Disposição Final de Rejeitos, Everton explicou que a implantação inicia com a terraplanagem do local de aterro e a execução do selo de argila, sendo esse último uma etapa da terraplanagem que consiste em formar uma barreira impermeabilizante. Após formar a barreira é colocada na base do terreno uma geomembrana de polietileno de alta densidade (PEAD), que é a principal forma de impermeabilização e, posteriormente, é feita uma camada que serve de proteção para a geomembrana através da instalação de geotêxtil não tecido, sendo em seguida instalados os sistemas de drenagem de chorume, material produzido pelos resíduos e drenado para a base do aterro até a malha de drenagem, que conduz o efluente para o sistema de tratamento, sendo a instalação da malha a etapa final da implantação do aterro. Com relação ao recebimento dos rejeitos, Everton informa que primeiramente os resíduos são levados ao aterro e, posteriormente, é descarregado por cima dos resíduos um material de cobertura, ocorrendo posteriormente o espalhamento e a compactação desse material de cobertura com um trator de esteira, a fim de que esses materiais ocupem o menor volume possível para que, por fim, seja acrescentada uma camada final de impermeabilização com geomembrana e sistema de drenagem pluvial, o que reduz a produção de chorume e, conseqüentemente, menos impacto ambiental, comentando também que atualmente 70% da área do aterro está coberta. Everton comenta também sobre a Unidade de Recuperação Energética, que ainda está em processo de implantação, e consiste em uma moderna alternativa tecnológica para a destinação final de parte dos resíduos sólidos do município, aproveitando seu potencial energético para geração de energia. Estima-se que serão processados nessa unidade cerca de 110 toneladas por dia de resíduos comuns (25% da geração de Joinville), gerando aproximadamente 3,25MWh, o que é o suficiente para o abastecimento de 3,5% das unidades consumidoras de Joinville. Everton apresenta um esquema 3D da usina, e explica que a mesma pode ser dividida em três blocos, sendo o primeiro bloco a parte de processamento de resíduos; o segundo sendo a caldeira, que serve para a geração de vapor; e o terceiro, que consiste da turbina, do gerador e trocadores de calor, sendo a área de produção de energia propriamente dita. A parte da caldeira já envolve uma tecnologia consagrada, sendo um sistema termoeletrico comum, sendo novidade a parte de processamento dos resíduos, que passam por uma série de processos de trituração e secagem ao longo desse bloco, até que os resíduos se tornem um combustível armazenado em silos para, posteriormente, serem utilizados para alimentação da caldeira e geração de energia. O Conselheiro Pedro Alacon questiona se todo esse material se torna energia ou se sobra algum resíduo desse processamento, no que Everton comenta que cerca de 3,5% do total dos materiais se tornam cinzas. A Conselheira Leticia questiona se os resíduos utilizados são materiais recicláveis ou resíduos comuns, no que Everton responde que serão utilizados para gerar energia os mesmos resíduos que vão para o aterro atualmente, ou seja, resíduos de coleta comum, e não de coleta seletiva. Após passar pelo processamento e geração de energia, Everton informa que o produto final, ou seja, a energia gerada será transportada para um último bloco da usina, que será responsável por levar a energia para o sistema de distribuição do município. Everton encerra sua fala, se colocando à disposição dos Conselheiros para responder outros eventuais questionamentos. A Conselheira Leticia questiona sobre os licenciamentos ambientais que foram necessários para a instalação da Usina, no que Everton responde que foi necessário licenciamento do IMA para dar início a construção da Usina. Sem mais manifestações, foi finalizada a apresentação. Em seguida, os Conselheiros receberam coletes de segurança e,

após todos vestirem os coletes, foram guiados por Everton e pela Conselheira Marília, da SEINFRA por um trajeto passando por uma trilha ecológica até o mirante do Ecoparque, onde foi possível observar todas as estruturas apresentadas por Everton em funcionamento. Após observar as estruturas, os Conselheiros foram levados até a estufa de mudas do Ecoparque, finalizando em seguida a visita. Sem mais manifestações, o Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita declara encerrada a reunião às 10h27, sendo extraída a presente Ata, a qual foi lavrada pela Secretaria dos Conselhos e assinada pelo Presidente do COMDEMA e do CMSB, Fábio João Jovita, após aprovação dos demais Conselheiros.

**Fábio João Jovita**  
Presidente do Comdema  
Presidente do CMSB

**Joao Victor Galvan**  
**José Augusto de Souza Neto**  
SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos

\*\*A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)





Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 24/07/2024, às 08:49, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0021344127** e o código CRC **BDED13FA**.

